



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 972/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1709/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Governo do Estado do Amazonas – SEGOV.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Walter Roberto Sipelli, Secretário Executivo de Finanças e ordenador de despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DCAD – Relatório Conclusivo nº. 59/2015 (fls. 158/175).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1740/2015-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 177/178).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria de Governo do Estado do Amazonas – SEGOV. Exercício de 2013.

Contas regulares. Quitação ao responsável. Recomendação à SEGOV.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Governo do Estado do Amazonas – SEGOV, exercício de 2013, que tem como responsável o **Sr. Walter Roberto Sipelli**, Secretário Executivo de Finanças e ordenador de despesas, à época, nos termos dos arts. 22, I e 23, da Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 188, II, § 1º, I, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

9.2- Dar quitação ao responsável, **Sr. Walter Roberto Sipelli**, Secretário Executivo de Finanças e ordenador de despesas da Secretaria de Governo do Estado do Amazonas – SEGOV, durante o exercício de 2013, conforme determinação do art. 23 da Lei n.º 2.423/1996 c/c art. 189, inciso I da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM.

9.3- Recomendar à SEGOV que emita Relatório e Certificado de Auditoria Interna, com parecer acerca da regularidade ou não das Contas Anuais, em atendimento ao art. 74 da Constituição Federal c/c o art. 10, III, da Lei Estadual n.º 2.423/1996.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 972/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em exercício

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: F21C61AD-AOCFB15C-CB3325BF-4F6352CD